



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA CRIMINAL  
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

**SENTENÇA**

Processo nº: **0004388-04.2017.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Cumprimento Provisório de Sentença - Medidas de proteção**  
Requerente: **FERNANDO DA SILVA RODRIGUES**  
Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de pedido de cumprimento de sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de fazer proposto por **F.S.R.**, representado por sua genitora, em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o cumprimento da tutelar de urgência já deferida que foi tornada definitiva por sentença que julgou procedente a ação.

Os requeridos foram intimados para o cumprimento da obrigação no prazo de 72 horas.

O Município de São Carlos informou a disponibilização dos medicamentos e insumos.

Não houve apresentação, até o presente momento, das impugnações aos requeridos.

O autor confirmou que o fornecimento da medicação foi regularizado.

É o relatório.

Decido.

Apesar de não haver ocorrido o transcurso do prazo para oferecimento de impugnação por parte dos requeridos, vislumbro possível o julgamento antecipado com base no artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Considerando a informação dada pelo executado Município de São Carlos quanto à disponibilização do medicamento para retirada e tendo em vista que o autor informou que o fornecimento da medicação foi regularizado, é caso de extinção do presente cumprimento de sentença.

**Ante o exposto, declaro satisfeita a obrigação e julgo extinto o**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

presente cumprimento de sentença o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo em honorários advocatícios, ante o teor da Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

Não há condenação em custas processuais, ante o disposto no artigo 6º da Lei 11.608/2003.

Diante da regularização do fornecimento dos medicamentos antes da presente decisão, deixo de condenar o município ao pagamento de honorários advocatícios.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P.I.

São Carlos, 12 de junho de 2017.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--